

Senado aprova indicado de Lula para diretor-geral da Abin

O Senado aprovou a indicação do delegado da Polícia Federal Luiz Fernando Corrêa para o comando da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Ele foi aprovado com 43 votos a favor, 5 contra e 2 abstenções. A votação foi secreta.

A sabatina do indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Abin estava prevista para março, mas foi cancelada na véspera por decisão do senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Embora a justificativa dada por ele tenha sido a ida do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), ao Senado no mesmo horário, o motivo por trás do cancelamento foi a informação sobre

Corrêa ter escolhido supostos bolsonaristas para ocupar os cargos de 02 e 03 na agência.

Corrêa foi sabatinado pela comissão no dia 4 de maio e aprovado por unanimidade. Na ocasião, ele saiu em defesa do delegado federal Alessandro Moretti, escolhido diretor-adjunto, número 2 na estrutura da Abin; e de Paulo Maurício Fortunato para Secretaria de Gestão e Planejamento, terceiro cargo na hierarquia da agência.

“Gozando da confiança do presidente, jamais correria o risco de expor qualquer governo a uma situação no mínimo constrangedora de indicar alguém que não tivesse esse status para a posição que estamos indicando”, disse à comissão.

Moretti foi número 2 de Anderson Torres, ex-ministro

da Justiça, na secretaria de Segurança do Distrito Federal, entre 2018 e 2021, e diretor de inteligência na PF no último ano do governo de Jair Bolsonaro (PL).

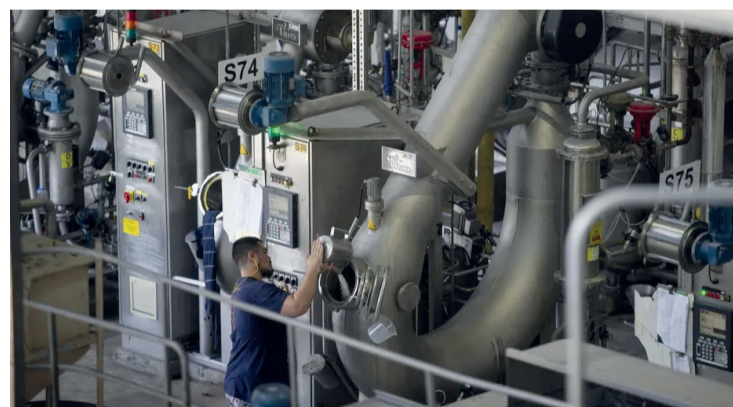
Fortunato, servidor aposentado da Abin, por sua vez, ocupou cargos de chefia na Abin durante a gestão de Alexandre Ramagem, chefe da agência no governo Bolsonaro e amigo da família do ex-presidente.

A aprovação de Corrêa representa uma derrota para a cúpula da PF, que investiu contra as nomeações de Moretti e Fortunato pelos cargos que ocuparam em governos anteriores. O atual diretor da PF, Andrei Rodrigues, chegou a barrar a ida de Moretti para um cargo no exterior.

Thaísa Oliveira/Folhapress



Economia



Custo Brasil consome R\$ 1,7 trilhão das empresas, diz estudo

Página - 03

Política

Moro acredita que será próximo alvo depois da cassação de Deltan

Página - 04

Salles dá resposta genérica a Prefeitura de SP sobre corrupção e cita inquérito

Página - 04

Fila do INSS cresce com impasse em torno de bônus para servidores e peritos

Página - 03



Drones garantem 66% de acurácia no monitoramento de pastagens

Pág - 05

SLC Agrícola vê lucro cair 28% no 1º tri e prêmios pressionados com safra de milho

Pág - 05



No Mundo

Presidente de Portugal enfim chancela lei que autoriza eutanásia no país



Após ver o Parlamento confirmar pela quinta vez a descriminalização da eutanásia, o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, promulgou a lei sobre tema na noite desta terça-feira (16).

O chefe de Estado português, originalmente de um partido de centro-direita e católico praticante, havia vetado o texto em outras ocasiões, alegando questões jurídicas ou pedindo mais esclarecimentos.

Antes de entrar em vigor, a regra sobre a eutanásia ainda precisa ser regulamentada. O governo tem oficialmente 90 dias, a partir da data da

promulgação, para aprovar o conjunto de regras e os detalhes para sua aplicação - a legislação entra em vigor 30 dias após a publicação de sua regulamentação.

Como o Partido Socialista tem maioria absoluta na Casa, a tramitação não deve ser um entrave. Apesar do histórico de atrasos para regulamentação e da necessidade de nova promulgação presidencial, a expectativa é a de que a morte medicamente assistida seja efetivamente possível a partir do último trimestre deste ano. Políticos de oposição já anteciparam que pretendem contestar a lei na Justiça.

Em duas oportunidades, o presidente remeteu o texto aprovado pelos deputados para a corte máxima do país. Por questões bastante específicas, o Tribunal Constitucional considerou a lei inconstitucional, mas deixou a porta aberta para a aprovação da lei, desde que com modificações.

Na última vez em que vetou o texto, em 19 de abril, o presidente luso fez uso do chamado veto político. A proposta foi então devolvida ao Parlamento com pedidos de esclarecimentos adicionais.

Giuliana Miranda/Folhapress

Sarkozy perde recurso e Justiça da França mantém pena de prisão domiciliar

O ex-presidente da França Nicolas Sarkozy perdeu nesta quarta-feira (17) o recurso que havia impetrado contra sua condenação por corrupção e tráfico de influência em primeira instância em 2021. A Corte de Apelações de Paris determinou a manutenção da pena que o líder recebeu à época, que inclui um ano de prisão domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica.

Uma das advogadas do ex-presidente, Jacqueline Laffont, afirmou que sua equipe de defesa levará o caso à Corte de Cassações, o equi-

valente francês do Supremo Tribunal de Justiça. Sarkozy não começará a cumprir a pena determinada pelo tribunal parisiense até que seu caso tenha sido julgado pela mais alta instância judiciária do país.

O ex-presidente, 68, ouviu a decisão do banco dos réus nesta quarta-feira. Ele tinha o semblante tenso, e deixou a corte sem dar declarações a jornalistas. A pena que recebeu inclui ainda a perda de seus direitos políticos por três anos, ou seja, ele não pode votar ou se candidatar a um cargo público durante o período.

Folhapress



Presidente do Equador dissolve Parlamento e convoca eleições para evitar impeachment



O presidente do Equador, Guillermo Lasso, dissolveu a Assembleia Nacional liderada pela oposição do país nesta quarta-feira (17) e convocou novas eleições presidenciais e legislativas para interromper um processo de impeachment contra ele, motivado por acusações de desvio de dinheiro.

A medida está prevista na Constituição do país, mas nunca tinha sido utilizada antes. Ela permite que o presidente governe por decreto até que novas eleições sejam realizadas, em até seis meses que segundo analistas podem se estender a oito na prática, pelos ritos eleitorais.

A ferramenta pode ser acionada em três casos: se o

Legislativo assumir funções que não lhe correspondam, se obstruir o governo “de forma reiterada e injustificada” ou devido a uma grave crise política e comoção interna. Lasso cita esse último motivo no decreto publicado nesta manhã.

“Notifique-se o Conselho Nacional Eleitoral para que convoque eleições dentro do prazo de sete dias”, diz o documento, que também solicita a notificação do Parlamento, unicameral, ressaltando que não há direito a reparação ou indenização pela perda dos cargos.

“Equatorianas e equatorianos: esta é a melhor decisão para dar uma saída constitucional à crise política e comoção interna que o Equador está enfrentando e devolver ao povo equatoriano o poder de decidir seu futuro nas próximas eleições”, publicou Lasso, um ex-banqueiro de direita de 67 anos, nas redes sociais.

O próximo presidente eleito assume pelos cerca de 18 meses restantes de seu mandato, até as eleições de 2025.

Após a medida, militares cercaram o prédio da Assembleia Nacional para impedir a entrada de legisladores ou funcionários. Um chefe das Forças Armadas de alto escalão disse ao jornal equatoriano “La Hora” que a instituição está apenas vigiando e cumprindo a lei, que é constitucional.

Júlia Barbon/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Custo Brasil consome R\$ 1,7 trilhão das empresas, diz estudo



O chamado custo Brasil consome R\$ 1,7 trilhão por ano do setor produtivo nacional, o equivalente a 19,5% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo estudo divulgado nesta quarta (17).

Esse valor representa a despesa adicional que as empresas têm para produzir no país, na comparação com a média dos custos nos membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O estudo foi divulgado pelo MBC (Movimento Brasil Competitivo), que reúne empresários, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O cálculo do custo Brasil leva em consideração todo o ciclo de vida dos negócios.

São avaliados indicadores mais recentes à disposição em 12 áreas apontadas como vitais para a competitividade.

A expressão custo Brasil costuma ser usada por economistas e empresários para definir o emaranhado de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que afetam o desenvolvimento dos negócios no país.

“Se a gente tivesse as mesmas condições [da média da OCDE], o setor produtivo poderia economizar R\$ 1,7 trilhão”, diz Rogério Caiuby, conselheiro executivo do MBC.

A primeira edição do estudo foi divulgada em 2019. Na ocasião, o custo Brasil foi estimado em R\$ 1,5 trilhão por ano (em valores da época). A quantia era equivalente a 22% do PIB.

Apesar de o percentual ter diminuído em relação ao PIB, Caiuby avalia que não houve grandes avanços para a redução dos entraves nos últimos anos. “A gente andou de lado.”

Na visão do conselheiro, a melhora do quadro depende de projetos que levam tempo para saírem do papel. Ele cita pelo menos três pontos principais para essa melhora: qualificação da mão de obra, infraestrutura e sistema tributário.

Em relação ao terceiro, Caiuby defende a aprovação de uma reforma tributária que simplifique a cobrança de impostos. Ele lembra que a discussão sobre o projeto se arrasta por anos no Brasil, mas considera que há um cenário mais maduro para as mudanças atualmente. Leonardo V./Folhapress

Vendas do comércio varejista crescem 0,8% em março

O volume de vendas do comércio varejista brasileiro teve alta de 0,8% em março deste ano, na comparação com fevereiro, quando houve estabilidade. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada nesta quarta-feira (17), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O varejo cresceu 1,5% na média móvel trimestral, 3,2% na comparação com março de 2022, 2,4% no acumulado do ano e 1,2% no acumulado de 12 meses.

Apesar da alta no setor, quatro das oito atividades pesquisadas pelo IBGE tiveram queda na passagem de fevereiro para março: tecidos, vestuário e calçados (-4,5%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,2%), livros, jornais, revistas e papelaria

(-0,6%) e combustíveis e lubrificantes (-0,1%).

O setor de supermercados, alimentos, bebidas e fumo manteve-se estável. A alta do varejo foi puxada por apenas três segmentos: equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (7,7%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,7%) e móveis e eletrodomésticos (0,3%).

“Esse aumento de 0,8% representa a saída de uma estabilidade em fevereiro para um resultado que podemos considerar como crescimento. Além disso, ao observarmos os últimos três meses juntos, vemos ganho de pátamar de 4,5% em relação a dezembro do ano passado, último mês de queda”, explica o gerente da pesquisa, Cristiano Santos. Vitor Abdala/ABR



Fila do INSS cresce com impasse em torno de bônus para servidores e peritos



A fila de espera por benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) voltou a crescer no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em meio a um impasse sobre o pagamento de um bônus para servidores e peritos ampliarem a análise dos requerimentos.

Segundo dados do Ministério da Previdência Social, 1,05 milhão de brasileiros aguardavam perícia médica em abril deste ano. O número é 13,3% maior do que em dezembro de 2022 (930,6 mil) e representa um salto em relação à média de 490 mil pedidos aguardando agendamento nos três primeiros meses do ano passado.

Benefícios que já passa-

ram por perícia ou não dependem dessa análise esbarram em uma segunda fila, a de processos de requerimento inicial no INSS. Nesse caso, a quantidade de pedidos pendentes chegou a 1,38 milhão em março de 2023 -300 mil a mais do que em dezembro de 2022. Em abril, o número recuou a 1,26 milhão, mas ainda está acima do ano passado.

Cerca de dois terços das perícias médicas solicitadas estão relacionadas a benefícios por incapacidade. Outros 20% têm relação com o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, enquanto uma parte menor contempla aposentadoria especial por exposição a agentes prejudiciais à

saúde.

A fila geral do INSS, por sua vez, inclui principalmente pedidos de aposentadoria.

A demora na concessão dos benefícios tem impacto no cotidiano das famílias e também gera custos para o setor público, devido à necessidade de pagar valores retroativos, os chamados atrasados do INSS, com correção monetária e juros.

A redução dessa fila foi uma das promessas de campanha de Lula, que almeja pôr fim a um problema que já se arrasta desde governos anteriores. O objetivo é colocar as análises em dia respeitando os prazos de resposta a esses requerimentos.

Idiana Tomazelli e Danielle Brant/Folhapress

Política

Moro acredita que será próximo alvo depois da cassação de Deltan



O senador Sergio Moro (União Brasil-PR) acredita que será o novo alvo da Justiça Eleitoral depois da cassação do mandato do agora ex-deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR).

Os dois atuaram na Operação Lava Jato na década passada. Moro era juiz e Dallagnol, procurador.

A tensão de Moro se justifica: em tribunais superiores, sua condenação é dada como certa.

De acordo com interlocutores que conversaram com o ex-juiz nesta semana, ele estava extremamente preocupado com o processo contra Deltan Dallagnol, e tentou conseguir apoio inclusive da família Bolsonaro para tentar evitar o pior, ou seja, a perda de mandato do colega.

Os filhos do presidente,

no entanto, resolveram ficar distantes da disputa.

O ministro Kassio Nunes Marques, indicado por Bolsonaro para o Supremo Tribunal Federal (STF), votou contra Dallagnol no TSE, o que foi entendido como sinal de que a família de fato não se envolveu no assunto.

Moro afirmou nas conversas acreditar que, depois de cassar Dallagnol, ‘eles vêm para cima de mim’, para cassar seu mandato no Senado.

De acordo ainda com os mesmos interlocutores, Moro acredita que nada é por acaso e que existe uma estratégia organizada ‘lá atrás’ para excluir os protagonistas da Lava Jato do cenário político.

A eleição de Moro está sendo questionada na Justiça Eleitoral do Paraná pelo PL.

O partido apresentou um

pedido de cassação do mandato dele em dezembro de 2022, questionando supostas irregularidades nos gastos de campanha.

Caso o ex-juiz perca o mandato, o segundo colocado na eleição, o ex-deputado federal Paulo Martins, pode assumir o lugar dele no parlamento.

Martins disputou o cargo pelo PL.

Quando o pedido de cassação foi apresentado, Moro disse em seu perfil no Twitter que o adversário “tem a cara de pau de me acusar falsamente de irregularidade para ganhar o mandato de Senador no tapetão”.

A assessoria de Moro afirma que ele não se manifestará sobre o assunto.

Mônica Bergamo/Folhapress

Salles dá resposta genérica a Prefeitura de SP sobre corrupção e cita inquérito

O deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) enviou ofício à Prefeitura de São Paulo nesta terça-feira (16) em que cita inquérito policial que investiga supostas irregularidades na administração municipal.

O documento foi protocolado por Salles quase um mês após ele ter sido notificado pela Controladoria Geral do Município a especificar a quais denúncias de corrupção se referiu em discurso em um evento de ativistas de direita, no dia 15 de abril.

Na ocasião, Salles, que é pré-candidato a prefeito no ano que vem, acusou o atual ocupante do cargo, Ricardo Nunes (MDB), de ser um “ícone do centrão” e de abrigar em sua gestão diversas

máfias, em áreas como asfalto e lixo.

Na resposta, em tom genérico, o deputado federal não apresenta detalhes das acusações e chega a dizer que não faz “imputações delitivas concretas a qualquer pessoa que seja”.

Ao mesmo tempo, “terceiriza” as acusações para o inquérito policial 2306584-20.2022.180404, aberto a pedido da Subprocuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo em novembro do ano passado.

No inquérito, são investigadas denúncias a respeito de fraude em contratos de publicidade, concessão do estádio do Pacaembu e licitações para coleta de lixo na cidade.

Fábio Zanini/Folhapress



Juiz vai ouvir Palocci sobre ‘eventuais abusos e tortura’ na Lava Jato



Um dos principais nomes do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-ministro Antônio Palocci quer ser ouvido pelo juiz federal Eduardo Appio, que assumiu os processos da Lava Jato na 13ª Vara Federal de Curitiba no início do ano e se tornou conhecido pelas críticas que faz a autoridades da operação. Uma audiência foi marcada para sexta-feira (19).

Em uma petição apresentada pelo advogado Tracy Reinaldet, Palocci se coloca à disposição para esclarecer o contexto da sua prisão, do seu acordo de colaboração premiada e também apontar “excessos e erros” da Operação Lava Jato.

Sem antecipar fatos es-

pecíficos, Palocci diz que seu objetivo é contribuir para o aprimoramento do sistema de Justiça penal, para “torná-lo mais democrático e garantista, evitando a perpetuação de desrespeitos à Constituição da República, ao Código de Processo Penal e à Lei 13.869/2019”, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade.

Ao receber a petição, na segunda-feira (15), Appio determinou no mesmo dia que uma audiência com Palocci seja realizada na próxima sexta-feira às 14h30 em caráter de urgência. O magistrado escreve, ainda, que o depoimento se justifica “diante do que foi noticiado pelo diligente advogado em relação a eventuais abusos e prática de tortura contra Antônio Paloc-

ci”.

Críticos da Lava Jato, como o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, tem usado a expressão “tortura” para se referir a ordens de prisão que têm por finalidade forçar o acusado a delatar.

Appio já se disse garantista e contrário aos métodos de antigas autoridades da operação, como o ex-procurador Deltan Dallagnol.

Palocci ficou mais de dois anos preso no Paraná no bojo de ações penais da Lava Jato. Chegou a ser condenado em 2017 por corrupção passiva e lavagem de dinheiro pelo então juiz Sergio Moro a mais de 12 anos de prisão, mas a sentença foi anulada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) em 2021.

Catarina Scortecchi/Folhapress

Drones garantem 66% de acurácia no monitoramento de pastagens



Pesquisas da Embrapa apontam que o uso de drones para o monitoramento da cobertura e altura de pastagens alcançou 66% de acurácia no Cerrado baiano. Os experimentos, realizados entre 2019 e 2021, reforçam a qualificação dessa ferramenta de sensoriamento remoto para aumentar a eficiência da agropecuária, com otimização do tempo, produtividade do trabalho no campo e ampliação da capacidade de observação e controle da produção rural.

A pesquisa foi desenvolvida na Fazenda Trijunção, no município de Cocos, interior da Bahia, em sistema de pecuária de corte com pastejo rotacionado e uso da braquiária BRS Piatã. Segundo a pesquisadora da Embrapa

Pecuária Sul (RS) Márcia Silveira, o trabalho comparou os dados digitais da altura do pasto e cobertura do solo, captados a partir das imagens feitas por drones, com os valores observados a campo, a partir de métodos tradicionais de medição, como a avaliação por equipe treinada e mensuração com régua de manejo, bem como avaliação de cobertura do solo e amostragem de forragem.

“O nosso objetivo foi verificar se um drone comum, passível de ser adquirido por um produtor, aliado a um treinamento de máquina, pode auxiliar na estimativa da cobertura vegetal e altura da planta. Queríamos avaliar se o uso correto dessa ferramenta pode ajudá-los na tomada de decisões relacionadas ao

manejo do gado, mediante esse comparativo entre as imagens geradas pelo drone e as informações obtidas no campo, considerando medição de altura, corte de forragem e cobertura do solo pela planta forrageira”, explica Silveira.

As bandas de imagens realizadas por drones em diferentes épocas, durante dois anos, foram comparadas com três classes de cobertura do solo, que representam o manejo de uma propriedade pecuária: pré-pastejo, em pastejo e pós-pastejo, além de uma categoria denominada de solo exposto. O software R-Studio, de recuperação de dados, foi usado para validação do algoritmo e análise das imagens captadas pelo drone.

Notícias Agrícolas

SLC Agrícola vê lucro cair 28% no 1º tri e prêmios pressionados com safra de milho



SLC Agrícola, uma das maiores produtoras de grãos e oleaginosas do Brasil, teve queda de 27,9% no lucro líquido do primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, para cerca de 575 milhões de reais, informou a empresa na noite de segunda-feira.

“O lucro líquido foi impactado pelo menor volume faturado de algodão no período, em virtude da queda de produtividade e baixa qualidade, parcialmente compensado pelo resultado bruto positivo da soja e do milho”, afirmou a SLC.

Além disso, houve incremento das despesas com vendas e administrativas, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior.

O recuo no lucro acon-

Governo de São Paulo libera R\$ 3 milhões para produtores rurais da região de Mogi das Cruzes

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, liberou R\$ 3 milhões em crédito do FEAP (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista) para produtores rurais do município de Mogi das Cruzes, em decorrência da emergência causada pelas fortes chuvas na região no mês de fevereiro deste ano.

As chuvas intensas colocaram os agricultores da região em situação delicada para a continuidade de suas atividades econômicas.

Segundo o coordenador da CATI, Francisco Martins, a região “é um cinturão verde que garante abastecimento a regiões metropolitanas”. Dessa forma, “o aporte contribui para a manutenção da segurança alimentar em diversas regiões paulistas”.

O Governo do Estado de São Paulo atua mais uma vez na recuperação de prejuízos à agricultura, por meio da disponibilização de linhas de crédito emergenciais, como ocorreu no início de 2023 no litoral Norte de São Paulo.

Notícias Agrícolas



teceu após uma queda de 45,9% no volume de vendas de algodão, para 50,79 mil toneladas, assim como um recuo na venda de soja, de 3,1%, para 590,3 mil toneladas, em relação ao mesmo período do ano passado. O volume negociado de milho disparou 382%, para 59,5 mil toneladas.

“Iniciamos o ano com o registro de um resultado expressivo para o primeiro trimestre... o que indica uma margem líquida de 25,9%. Esse resultado é representado principalmente pela marcação do ativo biológico da soja, ou seja, a margem dessa cultura”, disse a administração da companhia.

A empresa disse ainda que a geração de caixa no trimestre foi de 443 milhões de reais negativos, “variação

normal para o primeiro semestre, período de maior intensidade de necessidade de capital de giro, principalmente em virtude do pagamento dos insumos da safra”.

“Além disso, nesse período também houve o pagamento de 180 milhões de reais relativos à primeira parcela de aquisição de 12.473,88 hectares da Fazenda Paysandu, conforme divulgado anteriormente.

Comparado ao primeiro trimestre do ano passado, o Ebitda ajustado apresentou queda de 25,9%, para 933,57 milhões de reais, substancialmente devido à queda do lucro bruto do algodão relativo à safra 2021/22, cuja produtividade foi 19,4% inferior à safra 2020/21.

Reuters

FC0321 Empreendimentos e Participações S.A.

(em organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações realizada em 23 de janeiro de 2022.
Data, Hora e Local: Aos 23/01/2023, às 14:00 horas, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **Quórum de Instalação:** verificou-se a presença dos Acionistas Fundadores da Sociedade. **Mesa:** Srta. Helena Cardoso Cunha – Presidente; Roberta Godoy Fauth – Secretária. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (a) constituir a **FC0321 Empreendimentos Empreendimentos e Participações S.A.**, com sede nesta Capital, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-904; (b) fixar o capital social da Companhia em R\$ 100,00 dividido em 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 cada ação, totalmente subscritas e totalmente integralizadas, nesta data, conforme boletins de subscrição anexos. (c) aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata (Anexo I); (d) aprovar, nos termos, do § 1º art. 130 da Lei nº 6.404/76, lavrar a ata desta assembleia em forma de sumário; (e) eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato anual que vigorará até a sua destituição ou posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2022. **Diretores:** **Roberta Godoy Fauth**, RG nº 1060453592 SSP/RS e CPF/ME nº 997.238.240-00, para o cargo de diretora sem designação específica; e **Helena Cardoso Cunha**, RG nº 44.011.495-0 SSP/SP e CPF/ME nº 439.287.248-35, para o cargo de diretores sem designação específica. As membros da Diretoria ora eleitas declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata. São Paulo, 23/01/2023. **Helena Cardoso Cunha** – Presidente da Assembleia, diretora eleita e Acionista. **Roberta Godoy Fauth** – Secretária da Assembleia e diretor eleito. Visto da Advogada: **Roberta Godoy Fauth** – OAB/SP nº 436.392. **Acionistas:** **Helena Cardoso Cunha; Fram Capital Core Participações S.A.** (Anexo I); **Estatuto Social: Capítulo I: Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º** – A **FC0321 Empreendimentos e Participações S.A.**, é uma sociedade anônima que rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** – A Companhia tem sede e foro nesta Capital, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-904, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Artigo 3º** – A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”). **Artigo 4º** – A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II: Do Capital: Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 100,00, representado por 100 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo totalmente integralizados nesta data. **§ 1º** – Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **§ 2º** – As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§ 3º** – Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III: Da Assembleia Geral: Artigo 6º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ 1º** – A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§ 2º** – As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV: Da Administração: Artigo 7º** – A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 e no máximo 10 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **§ 1º** – Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 2º** – A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo 8º** – No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituído pela Assembleia Geral. **Artigo 9º** – A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 10º** – A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações “ad judicia”, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§ Único:** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11º** – Compete à diretoria supervisionar o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V: Conselho Fiscal: Artigo 12º** – A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **§ Único** – Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI: Disposições Gerais: Artigo 13º** – O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo 14º** – Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo 15º** – Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 16º** – A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo 17º** – A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo 18º** – Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Helena Cardoso Cunha** – Presidente da Assembleia, diretora eleita e Acionista; **Roberta Godoy Fauth** – Secretária da Assembleia, diretora eleita. Visto do Advogado: **Roberta Godoy Fauth** – OAB/SP nº 436.392. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.609.069 em 01/02/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

ARA Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.286.866/0001-80 – NIRE 35.300.587.995 – Companhia Fechada

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de maio de 2023

1. Data, Horário e Local: Foi realizado em 02 de maio de 2023, às 10:00 horas, na sede da empresa **“ARA Empreendimentos e Participações S.A.”**, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpiadas, nº 205, Conj. 91, Vila Olímpia, CEP: 04551-000 (“Companhia”). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do Artigo 133, § 4º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), e artigo 10º, § 2º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas conforme lista de presença arquivada na sede da Companhia, parte integrante desta Ata na forma de Anexo I. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Rubens João Martinez Junior; **Secretário:** Fabio Martinez e **Secretaria:** Vanessa Martinez. **4. Publicações:** As Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório da Auditoria, relativas ao exercício de 2022 lavradas em balanço devidamente assinado pela empresa e seu contabilista responsável, Balanço Contábil publicado no jornal Data Mercantil, páginas 15 e 16 da edição impressa de 28 de abril 2023 e páginas 15 e 16 da edição digital de 28 de abril 2023, que pode ser verificada no site do Jornal Data Mercantil através do link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal. **5. Ordem do dia:** Deliberar acerca da seguinte matéria: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2022. **6. Deliberações:** Iniciada a reunião, o **Presidente** fez a leitura dos documentos mencionados na ordem do dia, os quais foram colocados à disposição de todos os acionistas 30 dias antes da realização da assembleia. Após terem sido examinados e discutidos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2022, foram aprovados por unanimidade sem reservas ou restrições. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, determinou-se que lavrasse a presente ata, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Presidente:** Rubens João Martinez Junior; **Secretário:** Fabio Martinez; **Acionistas:** Rubens João Martinez Junior, Fabio Martinez, Vanessa Martinez. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 02 de maio de 2023. **Mesa: Rubens João Martinez Junior – Presidente de Mesa; Fabio Martinez Secretário de Mesa; Vanessa Martinez – Secretária de Mesa.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 177.426/23-8 em 12/05/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.121.721/0001-34 – NIRE 35.300.546.865

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09.03.2023

Aos 09/03/2023, às 16hrs, com totalidade. **Mesa:** Presidente: Nessim Daniel Sarfatí. **Secretário:** Luis Carlos Martins Ferreira. **Deliberações:** (I) O aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.578.947,40, por meio da emissão de 15.789.474 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 cada, das quais: (a) 15.750.000 são ações ordinárias; e (b) 39.474 são ações preferenciais Classe A. (II) O capital social da Companhia passa de R\$ 221.428.474,20 para R\$ 223.007.421,60, dividido em 2.250.074.216 ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 2.244.449.031 ações ordinárias; e (b) 5.625.185 ações preferenciais Classe A. As ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas, conforme boletins de subscrição anexos a esta Ata (Anexos I e II). Nada mais. **JUCESP nº 171.787/23-7 em 04/05/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.**

BR Arena Laguna Locação de Quadras Esportivas S.A.

CNPJ/ME nº 32.904.985/0001-76 – NIRE 35.300.546.032

Edital de Convocação

Pelo presente edital, ficam os sócios da companhia, com sede na Rua Caiará, nº 176, anexo 188, Várzea de Baixo, São Paulo-SP, convocados a se reunirem no próximo dia 29/05/2023, às 14 horas, em 1ª chamada, na sede da Companhia, e às 14:30 horas, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para discutirem as seguintes matérias: (I) a transformação do tipo societário da Companhia de sociedade por ações em sociedade empresária limitada, com a consequente alteração da denominação para BR Arena Laguna Locação de Quadras Esportivas Ltda; (II) a conversão das ações da Companhia na mesma quantidade de quotas, nominativas e sem valor nominal; (III) a redação do contrato social. São Paulo, 17/05/2023. **Cesar Zeppelini.** (18, 19 e 20/05/2023)

BR Arena Pinheiros Locação de Quadras Esportivas S.A.

CNPJ/ME nº 34.641.305/0001-02 – NIRE 35.300.545.974

Edital de Convocação

Pelo presente edital, ficam os sócios da companhia, com sede na Rua Artur de Azevedo, nº 1, Anexo Campo de futebol, Cerqueira Cesar, São Paulo-SP, convocados a se reunirem no próximo dia 29/05/2023, às 14 horas, em 1ª chamada, na sede da Companhia, e às 14:30 horas, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para discutirem as seguintes matérias: (I) a transformação do tipo societário da Companhia de sociedade por ações em sociedade empresária limitada, com a consequente alteração da denominação para BR Arena Pinheiros Locação de Quadras Esportivas Ltda; (II) a conversão das ações da Companhia na mesma quantidade de quotas, nominativas e sem valor nominal; (III) a redação do contrato social. São Paulo, 17/05/2023. **Cesar Zeppelini.** (18, 19 e 20/05/2023)

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br**Ouro cai, pressionado por alta dos juros dos Treasuries e dólar forte**

O contrato futuro mais líquido do ouro fechou nesta quarta-feira, 17, em queda, pressionado pela alta dos juros dos Treasuries e do dólar, e diante de possibilidades de resoluções do impasse sobre o teto da dívida americana, que desestimulou a busca por ativos seguros.

Na Comex, divisão para metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista para junho fechou em queda de 0,41%, a US\$ 1.984,90 por onça-troy.

Na visão de Frank Holmes, CEO da US Global Investors, o ouro é historicamente procurado por investidores em tempos de incerteza econômica. Entretanto, “se olharmos para os principais indicadores, uma imagem mais completa da saúde da economia dos EUA começa a tomar forma”, indica o economista.

Nesta quarta, o presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Kevin McCarthy, afirmou que está “mais otimista” por uma solução para o impasse do teto da dívida e indicou que um acordo pode ser firmado até o final desta semana.

Isto é Dinheiro

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Negócios

Magazine Luiza tem prejuízo líquido de R\$ 391 Mi no primeiro trimestre



O Magazine Luiza apresentou um prejuízo líquido de R\$ 391 milhões no primeiro trimestre de 2023, ante um resultado negativo de R\$ 161 milhões um ano antes, o que significa uma alta de 142,9%. No conceito ajustado, o prejuízo foi menor: R\$ 309 milhões. Nesse cálculo, a empresa exclui despesas não recorrentes relacionadas, principalmente, a fechamentos de quiosques nas lojas da varejista de moda Marisa, um centro de distribuição.

A companhia fechou 175 pontos físicos nos últimos 12 meses, sendo nove lojas, um centro de distribuição e, o restante, quiosques. No trimestre, foram 37 fechamentos de quiosques, mas nenhuma loja foi fechada. Os

custos de fechamento do CD, por sua vez, se concentraram nesse primeiro trimestre do ano. Segundo a empresa, esse último fechamento já estava planejado, pois era muito próximo à unidade de Gravatá (RS).

A variação na área total de vendas caiu menos de 1% na comparação com o mesmo período do ano passado, explica o CFO da companhia, Roberto Belissimo. “Foram quiosques com baixa produtividade e performance. São quiosques, em sua maioria, de um parceiro, que era a Lojas Marisa”, disse.

Para ele, o prejuízo, que veio maior do que a previsão de casas como a XP, o Itaú BBA e o Santander, se deveu à linha de despesas financeiras e é “sazonal”, já que nos

primeiros meses do ano, a companhia antecipa mais recebíveis para ter acesso aos montantes vendidos no fim do ano. Além disso, a empresa escolheu escolhido pagar grande parte dos seus fornecedores nesse trimestre, afirma a gestão da companhia.

“Para amenizar as despesas financeiras, temos aumentado a participação do PIX (40% das vendas digitais); acabamos de anunciar uma renovação do acordo com a Cardif e vamos receber R\$ 1 bilhão; e a tendência do CDI de agora para frente é de queda. Diferente do ano passado em que o CDI foi subindo o ano todo, agora o CDI está alto, mas a curva futura aponta para baixo”, afirmou Belissimo.

Isto é Dinheiro

Faber-Castell entra na era digital com patentes para NFTs e produtos no metaverso

A famosa fabricante de materiais de papelaria Faber-Castell deu um passo para abraçar a era Web3 e registrou três pedidos de patente nos Estados Unidos em torno de produtos ligados ao metaverso e a tokens não-fungíveis (NFTs, na sigla em inglês).

A inscrição descreve os planos da empresa de oferecer bens virtuais no metaverso, incluindo materiais de desenho, utensílios de escrita, régua, cadernos entre outros produtos. O objetivo da empresa se estende ao fornecimento de serviços de loja de varejo para bens virtuais, bem como à criação de ambientes virtuais interativos

para fins recreativos e de entretenimento.

A notícia veio por um tweet de Michael Kondoudis, advogado especializado em registros relacionados à Web3. Este movimento da companhia internacional segue os passos de outro gigante do setor, a Post-it, que demonstrou interesse na Web3 e em NFTs ao enviar um pedido de patente semelhante em abril do ano passado.

Os documentos sugerem que a Faber-Castell planeja ingressar no metaverso a partir da oferta de criptoativos e NFTs colecionáveis que vão imitar os produtos que já são vendidos pela empresa em diversos países, incluindo o Brasil.

Isto é Dinheiro



Riachuelo fecha loja conceito na rua Oscar Freire, região nobre de SP



A Riachuelo fechou a sua loja conceito (também conhecida como “flagship”) localizada na rua Oscar Freire, nos Jardins, região nobre de São Paulo. Inaugurada em novembro de 2013, a loja ocupava 1.200 metros quadrados na esquina com a rua Haddock Lobo, um dos pontos mais sofisticados do comércio do País.

A inauguração da loja fez parte de um projeto de sofisticação de marca. Na ocasião, foi anunciado que o local funcionaria como um “cartão de visitas” da Riachuelo.

Procurada, a Riachuelo afirmou que o fechamento da loja conceito da rua Oscar Freire é pontual e há novas inaugurações previstas. “A revisão da base de lojas

é um movimento natural do varejo”, diz a companhia, em nota. “A Riachuelo está em negociação com outros espaços para abertura de loja, em linha com o plano estratégico do Grupo, e segue atuando na região com a megaloja localizada a 1 km de distância, na Avenida Paulista nº 2277, e com espaços físicos dispostos em todos os shoppings dos arredores”, conclui.

Balanco do primeiro trimestre

A Guararapes, dona da Riachuelo, teve o balanço financeiro referente ao primeiro trimestre considerado “fraco” pela equipe de analistas do Itaú BBA.

A companhia informou um crescimento de 119,2% no seu prejuízo líquido no período, totalizando R\$ 175,667

milhões.

No mesmo intervalo, o Ebitda somou R \$87,5 milhões, alta anual de 41,5%.

Já a receita líquida foi de R\$ 1,827 bilhão, aumento de 5,3% na comparação com o mesmo trimestre de 2022.

Em janeiro, a companhia informou o encerramento das atividades de sua fábrica de Fortaleza, centralizando sua produção fabril em Natal, no Rio Grande do Norte.

A Guararapes terminou o mês de abril com 400 lojas, das quais 333 são lojas da Riachuelo, 52 são da Carter’s, 12 são da Casa Riachuelo e 3 são da FANLAB, além de 13 lojas da Casa Riachuelo e 2 da Carter’s no modelo store in store (lojas dentro de outras lojas).

Isto é Dinheiro